

# FNP recorre ao Judiciário pela partilha das multas da repatriação de recursos



A FNP ingressou na justiça para garantir aos municípios a partilha das multas arrecadadas com a repatriação de recursos. O governo federal anunciou apenas a divisão dos valores arrecadados com o Imposto de Renda (IR). Segundo cálculos da União, os municípios receberiam somente R\$ 5,26 bilhões obtidos a partir do IR, que serão partilhados pelos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e não os demais R\$ 5,26 bilhões referentes às multas. [Pág. 3](#)

## Prefeitos atuais, eleitos e reeleitos estarão em Campinas para a Reunião Geral

Prefeitos em final de mandato e os que foram eleitos e reeleitos em 2016 participarão, em Campinas/SP, da 70ª Reunião Geral da FNP. Na segunda-feira, 28, será realizada a Plenária Deliberativa de Prefeitos, para os governantes da gestão 2013-2016. No dia 29, terça-feira, será a reunião para os que tomarão posse em janeiro de 2017. [Págs. 6 e 7](#)

## IV EMDS é divulgado em eventos internacionais

O maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), foi divulgado durante a reunião da Habitat III, em Quito (Equador) e no V Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, em Bogotá, na (Colômbia). [Pág. 11](#)

**INSCRIÇÕES  
ABERTAS**  
www.fnp.org.br

**70<sup>a</sup>**  
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos  
28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



**28 A 30 DE  
NOVEMBRO**  
Campinas / SP



# EDITORIAL

## O impasse das contas públicas

**P**refeitas e prefeitos brasileiros enfrentam, neste fim de mandato, a angústia do fechamento de contas. Mesmo com cintos apertados, cortes profundos e drásticos, governantes locais de todo o país estão com enormes dificuldades para encerrar mandatos cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As graves crises internacional e brasileira, que reduziram o Produto Interno Bruto (PIB) do país, em 3,8%, em 2015, e devem encolher mais 3,3% neste ano, comprometeram as receitas próprias e as transferências constitucionais, além de ter provocado um aumento na demanda por serviços públicos especialmente em saúde e educação.

Pensar, planejar e avançar em saídas para os desafios do impasse de demandas crescentes e dinheiro escasso é tarefa de quem encerra mandatos em dezembro e também de quem iniciará a gestão em janeiro. Por isso, a FNP vai reunir, durante a 70ª Reunião Geral, em Campinas/SP, no dia 28 de novembro, os atuais prefeitos para debater o fechamento de contas e as possibilidades de adequações no entendimento e aplicação da LRF. No dia 29, será a vez dos eleitos e reeleitos debaterem os desafios estruturantes que terão pela frente.

As discussões devem apontar caminhos para a necessária reforma fiscal, promovendo mais justiça na partilha entre os entes federados e na distribuição entre os municípios. Poderão indicar, ainda, propostas que aprimorem e ampliem a arrecadação própria, possibilitando que cada município faça uso com mais desenvoltura dessa prerrogativa e responsabilidade da autonomia constitucional.

Atenta aos desafios das cidades, a FNP vai realizar também de 24 a 28 de abril de 2017, o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Com o tema “Reinventar o Financiamento e a Governança das Cidades”, a FNP vai promover debates, discussões, e apresentações de práticas exitosas, que auxiliem governantes e gestores a buscarem novas possibilidades para seus municípios.

O maior evento sobre sustentabilidade urbana do país será, ainda, a primeira grande oportunidade de diálogo com a nova geração de prefeitas e prefeitos eleitos e reeleitos de todo país. Um espaço singular para o encontro de oportunidades, entre quem governa as cidades e instituições e empresas, que dispõem de soluções e inovações para as gestões públicas.

Enfrentar a crise e incentivar a retomada do crescimento econômico nos municípios brasileiros dependerá de ações coordenadas, eleição de estratégias e soluções compartilhadas. Cada vez mais é preciso pensar além da sua cidade para melhorar a sua cidade ■

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 – Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 9/11/2016.

## Mortalidade infantil é a menor da história de Mauá

**O** Brasil está entre os 62 países que aderiram às metas do milênio e tem avançado na redução da mortalidade infantil. Com essa meta, a cidade de Mauá/SP criou o Comitê de Combate à Mortalidade Materno-Infantil e já está comemorando a redução dos indicadores de mortalidade, de 19,02, no ano 2000, para 11,67, em 2016.

Segundo o prefeito Donisete Braga nenhuma morte é aceitável e o município continuará com a meta de reduzir a mortalidade para um dígito. “Todos os dias nascem entre 12 e 15 crianças em Mauá e isso exige o esforço dos trabalhadores da Secretaria de Saúde e conscientização das mulheres sobre os cuidados que a maternidade exige”, disse o prefeito.

Para a secretária de Saúde, Sheila Serpa, a criação do Comitê de Combate à Mortalidade Materno-Infantil foi primordial para o sucesso do programa. “Este combate é prioridade transversal contínua, envolvendo unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, hospital, maternidade, Centro de Referência em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

(SAMU), Vigilância Epidemiológica que coordena o Comitê contra a Mortalidade Infantil, Centro de Atenção Psicossocial Infantil, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, Educação Permanente, entre outros”, destacou.

Outra ferramenta que está colaborando com a redução do índice é o conteúdo do Caderno de Cuidado Materno Infantil, um documento construído pela equipe de saúde, de uso interno, seguido em todos os setores que atuam nas ações preventivas e de assistência da rede municipal que se relacionam à prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, manutenção da saúde integral e assistência às gestantes, mães e bebês.

### Dados

A equipe de saúde local fez um levantamento e observou que as mortes ocorrem em sua maioria até os sete dias de vida. Entre as principais causas estão a prematuridade; baixo peso de nascimento (menor que 2,5 kg); doenças respiratórias e infecciosas; malformações congênitas.

Entre as políticas públicas desenvolvidas nesse combate está o fortalecimento das ações do



comitê que pesquisa os casos de óbito de mães e bebês, realiza entrevista com os familiares e faz estudos dos prontuários hospitalares para identificar as causas associadas ao óbito.

### Atuação da prefeitura

A secretaria de Saúde também divulgou experiências desenvolvidas nos serviços de saúde que colaboraram para a queda da mortalidade infantil no município. Entre elas, o processo de ampliação do acesso e qualidade do pré-natal, promovido pela Atenção Básica; como é realizada a busca ativa das mulheres com gestação de alto risco, pela Atenção Especializada; os cuidados no transporte e atendimento de gestantes em trabalho de parto pelo SAMU, pelo Núcleo de Urgência e Emergência; e como o Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini desenvolve ações gerais e específicas, como o trabalho da equipe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal e a permanência de acompanhante durante o parto ■

Boa prática indicada pelo município

## AGENDA

\*Agendas do IV EMDS em destaque

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
7 a 18/nov.	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP22	Marrakesh (Marrocos)	www.nacoesunidas.org
9 e 10/nov.	Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos	Belo Horizonte/MG	www.portalamm.org.br
15 a 17/nov.	Smart City Expo & World Congress	Barcelona (Espanha)	www.smartcityexpo.com
23 a 25/nov.	4º Encontro de Prefeitos Eleitos - Desafios e Oportunidades para os Municípios Fluminenses	Rio de Janeiro/RJ	www.aemerj.org.br
23 a 25/nov.	21ª Cúpula da Mercociudades	Santa Fé (Argentina)	www.santafeciudad.gov.ar/mercociudades
23 a 25/nov.	17ª edição do Congresso sobre Transporte de Passageiros – 17º Etransport	Rio de Janeiro/RJ	www.fetranspor.com.br
28/nov. a 1º/dez.	II Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários	Brasília/DF	www.sindpfa.org.br
28/nov.	70ª Reunião Geral da FNP (Plenária Deliberativa de Prefeitos - Gestão 2013-2016)	Campinas/SP	www.fnp.org.br
29/nov.	70ª Reunião Geral da FNP (Plenária Deliberativa de Prefeitos eleitos e reeleitos - Gestão 2017-2020)	Campinas/SP	www.fnp.org.br
30 nov.	70ª Reunião Geral da FNP (2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS)	Campinas/SP	www.fnp.org.br
30/nov.	Seminário Internacional de Desenvolvimento Urbano	Brasília/DF	www.camara.gov.br
30/nov.	II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas	São Paulo/SP	www.uninove.br

# FNP busca direito a repasse das multas arrecadadas com a repatriação de recursos para os municípios

Diante da divulgação da partilha apenas dos valores arrecadados com o Imposto de Renda (IR) na repatriação de recursos, a FNP está judicializando o tema para que os municípios também recebam parte das multas recebidas pela União nessas operações. Segundo cálculos do governo federal os municípios receberiam somente R\$ 5,26 bilhões obtidos a partir do IR, que serão partilhados pelos critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No dia 9 deste mês, a FNP entrou com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com solicitação no Supremo Tribunal Federal (STF) para atuar como *Amicus Curiae* na Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, promovida por vários estados, no dia 10. Caso a FNP obtenha sucesso, os municípios receberão outros R\$ 5,26 bilhões, também pelos critérios de partilha do FPM, uma vez que a multa incidente sobre o valor repatriado foi equivalente ao IR.

Para a FNP, o entendimento é que as multas incidentes sobre os valores apurados não têm natureza punitiva, mas de multa moratória. Por esse motivo, devem compor os valores de repasses já que o procedimento é legalmente previsto no âmbito da repartição das receitas tributárias prevista na Constituição Federal.

A lei nº 13.254/16, Lei da Repatriação, em seu artigo 8º, que trata dos valores declarados, em seu texto original trazia um parágrafo vetado pela Presidência da República por entender que a natureza da multa estabelecida pela lei não tem caráter punitivo. O texto vetado previa “§1º A arrecadação decorrente do disposto no caput seguirá” a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios. A justificativa do veto teve o seguinte texto: “Em razão da natureza jurídica da multa devida em

decorrência da adesão ao Regime, sua destinação não deve ser necessariamente a mesma conferida à arrecadação do imposto de renda.”

Onze estados brasileiros e o Distrito Federal já se mobilizam no mesmo sentido em ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF). No pedido, a destinação de receitas oriundas da Lei de Repatriação, conforme Ação Cível Originária (ACO) 2941, a lei não cumpre o estipulado pela Constituição Federal ao deixar de destinar a multa de 100% do imposto devido sobre os recursos repatriados ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). A justificativa também compreende o que está determinado pela Constituição Federal, em relação aos repasses aos FPM e FPE, ao incluir na repartição valores referentes a juros e multa moratória.

A ACO pede liminarmente a inclusão do montante arrecadado pela multa no FPE, visto se tratar de multa moratória inserida no crédito tributário do Imposto de Renda

devida em razão de seu inadimplemento. No mérito, a inclusão definitiva do valor na base de cálculo do FPE. A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

Além da ação coletiva, também ingressaram individualmente no STF os estados do Piauí, Sergipe, Paraíba, Acre, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Maranhão.

## Distribuição das receitas

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) indicou o dia 10 de novembro para o pagamento dos valores arrecadados, no período de 20 a 31 de outubro, aos estados e municípios. O repasse corresponde a 21,5% do montante destinado ao FPE e 22,5% ao FPM. Os municípios recebem adicionalmente mais 2% dos valores arrecadados, via FPM, distribuídos nos primeiros decêndios de julho e dezembro (art. 159 da Constituição Federal).

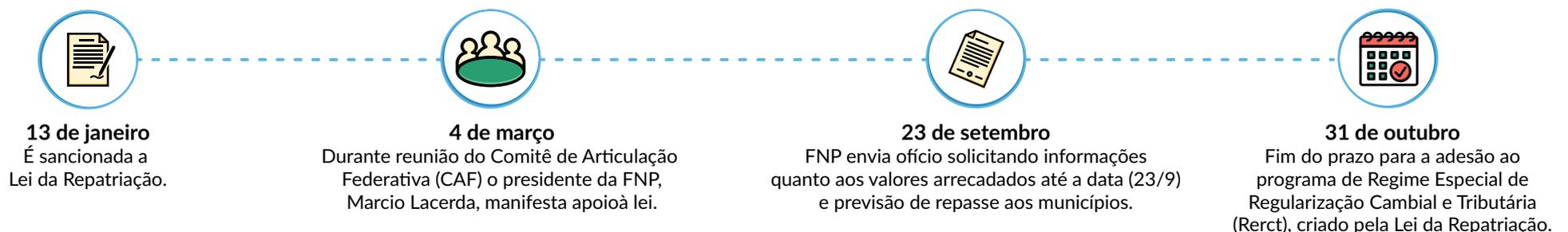
## Articulação Institucional

A repatriação de recursos re-

presenta uma conquista da FNP, que beneficiará os municípios no fechamento de contas do ano. O acompanhamento da demanda, por parte da entidade, foi constante nos últimos meses.

De acordo com o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, a lei, que oferece incentivos para a declaração voluntária de bens e de recursos adquiridos até 31 de dezembro de 2014 e mantidos no exterior, é uma alternativa para a crise econômica, que tem afetado as finanças municipais. Sobre o tema, Lacerda destaca a necessidade de medidas que aprimorem o federalismo fiscal a médio e longo prazo. “Especialmente em ano de tamanhas dificuldades, todo recurso é muito bem-vindo. No entanto, a instituição de um fundo para financiar a transição para implementar o fim da guerra fiscal terá efeitos duradouros a médio e longo prazo, além de ser eficiente para atrair mais investidores para o país”, afirmou Lacerda ■

## Processo de Repatriação



Valor total arrecadado  
**R\$ 46,8 bilhões**

Valor de repasse para os municípios  
**R\$ 5,26 bilhões referente apenas ao IR**

### Por que os municípios também têm direito aos repasses das multas arrecadadas?

- Por se tratar de multa moratória inserida no crédito tributário do IR devida em razão de seu inadimplemento;
- Porque as multas incidentes sobre os valores apurados não têm natureza punitiva, mas de multa moratória e a Constituição Federal inclui valores referentes a juros e multa moratória na repartição, em relação aos repasses aos FPM e FPE.

### Qual a atuação da FNP para conquistar esse direito?

- FNP ingressou com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- Solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para atuar como *Amicus Curiae* na Ação Civil Ordinária (ACO) 2941, promovida por vários estados.

### E se o direito for reconhecido?

Os municípios receberão outros **R\$ 5,26 bilhões**, também pelos critérios de partilha do FPM, uma vez que a multa incidente sobre o valor repatriado foi equivalente ao IR.

# FNP se reúne com ministro Geddel e presidente da Câmara para apresentar proposta de adequações na LRF

Flávio Soares / Câmara



Insegurança jurídica preocupa os prefeitos no fim dos mandatos

**E**m agenda articulada pela FNP, os prefeitos de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, e de Palmas/TO, Carlos Amashta, se reuniram no dia 26 de outubro com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Nas audiências, que contaram também com a presença do sub-chefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Leonardo Américo, os prefeitos apresentaram proposta de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para diminuir a insegurança jurídica que atualmente contextualiza o fechamento de contas nos municípios.

A proposta apresentada destaca alterações nos artigos 42 e 66 da

LRF que, originalmente, não trazem regras claras quanto a despesas contraídas no fim dos mandatos. Segundo a redação sugerida pela FNP, no Art. 42 “considera-se contraída a obrigação de despesa após efetivada a prestação do serviço ou a entrega do bem objeto de prévio empenho e contrato, atestado o seu cumprimento formal e respectiva liquidação para fins de pagamento”.

Ainda pela proposta, para o Art. 66 deve-se considerar que “a vedação prevista no art. 42 será suspensa, no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres”.

Na avaliação do presidente da

FNP, há ambiente favorável para as adequações sugeridas. “Nós estivemos com o ministro Geddel e ele disse que apoia, e então viemos conversar com o deputado Rodrigo Maia. O economista Jose Roberto Afonso, que é considerado o pai da LRF, sempre consultado em assuntos dessa natureza, e Sebastião Helvécio, presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), que congrega todos os tribunais de contas do país, também apoiam a nossa proposta”, disse Marcio Lacerda.

De acordo com o prefeito de Belo Horizonte, a sugestão de texto entregue nas audiências, que pode ser usada para um novo projeto de Lei Complementar ou emenda em algum projeto já em tramitação, retrata a grande preocupação dos

prefeitos neste fim de mandato, e que será razão de apreensão também de governadores daqui a dois anos. “Nunca sabemos como fechar as contas por que não sabemos qual vai ser o entendimento do tribunal

de contas”, explicou.

Para o prefeito de Palmas, Carlos Amashta, além da segurança jurídica “as mudanças na LRF são fundamentais para o equilíbrio fiscal dos municípios” ■



Ministro Geddel se comprometeu a acompanhar o tema

Maíara Pontes / Presidência

## Justiça concede liminar favorável a Contagem para retenção do IR

**O** município de Contagem/MG conseguiu, a partir de decisão liminar do Tribunal Regional Federal da Primeira Região de Minas Gerais, que a União seja impedida de lançar e cobrar os recursos da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, referentes a quaisquer contratações de bens ou serviços.

Segundo o entendimento do relator do processo, desembargador

federal Novély Vilanova, “a Constituição estabelece que pertence ao município o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem. A norma constitucional não faz nenhuma distinção a “rendimentos pagos” pelo município, suas autarquias e fundações por ele instituídas. Aqui o município simplesmente atua como responsável tributário procedendo

à retenção do tributo que lhe pertence”.

Ainda conforme defende o desembargador na liminar, “o pressuposto é de que o pagamento de cada centavo pelo município é feito em prol da comunidade, razão pela qual é de interesse público. Não seria, pois, legítimo que a comunidade, como um todo, fosse onerada pelos serviços prestados pelo município sempre que este devesse reter na fonte o IR devido por aqueles que com e para ele exerçam determinadas atividades”.

### A atuação da FNP

A FNP, em conjunto com a Associação Brasileira de Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, manteve exaustivas negociações com o governo federal sobre o tema. A pauta foi tratada no dia 4 de março, com a então presidente da República Dilma Rousseff, em reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF); e no dia 24 de março, com o então secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, du-

rante a 69ª Reunião Geral da FNP, no Rio de Janeiro/RJ.

Após a Reunião Geral, a FNP articulou novas reuniões com o Ministério da Fazenda, mas todas sem sucesso na negociação. Foi então que, no dia 4 de maio, a entidade encaminhou uma mensagem a todos os prefeitos brasileiros indicando a judicialização do tema, pois o governo federal passou a adotar entendimento de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados” ■

# FNP defende a PEC 233/16 que regula o pagamento de precatórios



Rodrigo Elias / FNP

Proposta tem apoio de governadores e prefeitos

A prefeita do Guarujá/SP, Maria Antonieta de Brito, participou, no dia 8 de novembro, de audiência pública que debateu a Proposta de Emenda à Constituição que regula o pagamento de precatórios (PEC 233/16), em Brasília/DF. Antonieta, que é vice-presidente de Finanças Públicas da FNP, destacou o posicionamento favorável à aprovação imediata da PEC.

“Atualmente o gestor local deve escolher o que fazer. Se executa a zeladoria da cidade, tapa os buracos, faz a coleta de lixo, ou se paga os precatórios. A PEC, em discussão, consegue atender todos os envolvidos, tanto os devedores quanto os credores, por isso, a FNP pede a urgente aprovação, sem alteração no atual texto, para podermos, já em 2017, cumprir com os pagamentos e quem sabe, no futuro, zerar o estoque de precatórios dos municípios”,

frisou a prefeita.

A proposta já teve sua admissibilidade votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e tem o apoio de governadores e prefeitos.

Além da prefeita Antonieta, participaram da audiência pública: o procurador-geral do estado de São Paulo/SP, Elival da Silva Ramos; o desembargador coordenador de Precatórios do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo/SP, Luís Paulo Aliende Ribeiro; o presidente da Comissão de Precatórios do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marco Antônio Innocenti; o diretor jurídico da Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), Júlio Bonafonte; o presidente da Comissão Especial de Precatórios da Ordem dos Advogados de São Paulo/SP, Marcelo Gatti Reis Lobo e o presidente do Movimento dos Advogados Credores em Defesa dos Precatórios Alimentares

(Madeca), Cláudio Sérgio Pontes.

Entre os presentes houve unanimidade em pedir a aprovação da PEC. Segundo o desembargador Luis Paulo Aliende, a Proposta de Emenda visa “dar um Norte” ao Judiciário. “Pedimos que a PEC vá adiante. Precisamos de um Norte que nos guie. Saber quanto e como cobrar, obviamente respeitando a Constituição. Não queremos nem um centavo a mais ou a menos, precisamos ser justos, por isso pedimos que a proposta siga da maneira como está, sem alterações para não atrasar ainda mais o já demorado processo de pagamento de precatórios”, disse.

## Comissão Especial

Instalada no dia 19 de outubro, a Comissão Especial para analisar a PEC 233/2016 tem como presidente e relator os deputados Silvio Torres (SP) e Paulo Teixeira (SP),

respectivamente. Torres também foi relator da proposta no início de sua tramitação na Câmara dos Deputados, à época sob a numeração PEC 74/2015.

Durante a instalação, os deputados Torres, Teixeira e Arnaldo Faria de Sá (SP), que também é membro da comissão, mencionaram que pretendem votar a matéria assim que terminar o prazo de emendamento. Segundo o presidente da Comissão Especial, durante a audiência do dia 8, o texto deve ser votado até o dia 25 de novembro, seguindo então para a análise em dois turnos no Plenário.

“A nossa intenção é aprovar o texto sem modificação para que já entre em vigor em 2017”, disse o deputado Torres.

## Precatórios

Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas

as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento após o trânsito em julgado. Conforme a PEC 233, os precatórios a cargo de estados e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

## Histórico

Essa proposta teve origem na PEC 74/15, aprovada no ano passado pela Câmara e modificada depois pelo Senado. Os senadores reduziram de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas – dívidas em que o poder público não faz parte. Ficou prevista a criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais ■

## Porto Alegre garante pagamento de precatórios até 2020

Porto Alegre/RS conseguiu a manutenção integral do regime especial de pagamento de precatórios até 2020, sem mudança no cálculo dos valores a serem depositados anualmente pelo município. A decisão que a Procuradoria-Geral do Município (PGM) obteve no Órgão Especial do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) tem um impacto para os cofres do município de cerca de

R\$ 30 milhões a menos na parcela, neste exercício. Essa extensão de prazo é, também, uma conquista da FNP, que trabalha de forma intensa pela modulação de pagamento dos precatórios.

Para este ano, cabe ao município o depósito de pelo menos 1/9 do saldo total de precatórios previstos para 2016. Entendimento anterior do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul era de que o estoque deveria ser di-

vidido de forma simples em cinco parcelas até o ano de 2020. Caso fosse mantida essa determinação, Porto Alegre teria que arcar com uma parcela de quase R\$ 70 milhões este ano, mais que o dobro do valor total depositado no ano passado. A Associação Brasileira das Secretarias de Finanças (Abrasf) havia externado esse entendimento por meio de nota técnica.

De acordo com o procurador

municipal Eduardo Gomes Tedesco, que atuou no recurso, o julgamento permitirá ao município, respeitando os direitos dos credores, honrar o pagamento da parcela anual dentro de suas previsões orçamentárias sem violar a Constituição Federal e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). No julgamento, o Tribunal apontou que o entendimento foi sinalizado pela Primeira Turma do STF em recente

juízo de Reclamação proposta pelo município de Belém/PA, razão pela qual a decisão da presidência merecia reforma.

Inserido desde 2010 no regime especial de pagamento de precatórios instituído pela Emenda Constitucional 62/09, Porto Alegre parcelou o estoque da dívida de precatórios em 15 anos. Em 2015, o município fechou o ano com um estoque de precatórios na ordem de R\$ 290.932.169,70 ■

# 70ª Reunião Geral terá plenárias para prefeitos atuais e eleitos

**P**refeitos em final de mandato e os que foram eleitos e reeleitos em 2016 participarão, em Campinas/SP, da 70ª Reunião Geral da FNP. Na segunda-feira, 28, será realizada a Plenária Deliberativa de Prefeitos, para os governantes da gestão 2013-2016. No dia 29, terça-feira, será a reunião para os que tomarão posse em janeiro de 2017. As inscrições para o evento já podem ser feitas no site da FNP ([www.fnp.org.br](http://www.fnp.org.br)).

O fechamento de contas e o encerramento de mandatos serão os temas centrais da reunião dedicada aos prefeitos atuais. O debate será norteado por assuntos como o reflexo da repatriação de recursos para os municípios; repasses da saúde; pagamento de precatórios; acesso aos depósitos judiciais de terceiros;

adequações na LRF; e decretos de calamidade pública financeira.

Além da agenda de fechamento de contas, a Plenária de Prefeitos também reserva espaço para a abertura das inscrições para o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

# 70ª

## Reunião Geral Frente Nacional de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



(EMDS), consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. O anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil - Ano 12/2017 também será lançado durante a atividade.

Paralelamente à Plenária de Prefeitos Eleitos e Reelei-

tos, no dia 29, a programação contempla ainda um encontro com representantes de municípios que irão receber as Reuniões Preparatórias para o IV EMDS. Os encontros servem para mobilizar e debater a construção de pautas a serem abordadas no IV EMDS ■

### Serviço:

#### O quê:

70ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos

#### Quando:

**28/11/2016 (segunda-feira)**  
Plenária Deliberativa de Prefeitos (Gestão 2013-2016)

#### 29/11/2016 (terça-feira)

Plenária de Prefeitos Eleitos e Reeleitos (Gestão 2017-2020)

#### 29/11/2016 (terça-feira)

Encontro de organização das reuniões preparatórias do IV EMDS

#### 30/11/2016 (quarta-feira)

Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS

#### Onde:

Hotel Vitória Concept - Avenida José de Souza Campos, 425 - Nova Campinas, Campinas/SP

## Programação

### Dia 28/11 - segunda-feira

#### Plenária de Prefeitos (Gestão 2013-2016)

**9h15** - Café de boas vindas

**9h45** - Abertura da Plenária de Prefeitos

Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte/MG, presidente da FNP

Jonas Donizette, prefeito de Campinas/SP

**10h** - Assinatura do projeto de fortalecimento institucional FNP - Comunidade Europeia

**10h15** - Lançamento do Anuário Multi Cidades

**10h45** - Lançamento das inscrições para o IV EMDS

**11h15** - Prestação de contas de 2016 da FNP

**11h45** - Definição das anuidades para 2017 da FNP

**12h15** - Intervalo para brunch

**13h30** - Fechamento de contas 2016

Repatriação de recursos: reflexos para os municípios

Garantias nos repasses da saúde

O pagamento de precatórios à luz das recentes decisões judiciais

O acesso aos depósitos judiciais de terceiros

As adequações na LRF

Decretos de calamidade pública

**17h** - Encaminhamentos

**18h** - Encerramento

### Dia 29/11 - terça-feira

#### Plenária de Prefeitos Eleitos e Reeleitos (Gestão 2017-2020)

**10h** - Debate: Perspectivas das finanças municipais para os novos mandatos

Convidados especiais:

José Roberto Afonso, especialista em finanças públicas da FGV

Senador Aloysio Nunes Ferreira (SP)

**13h** - Almoço

**14h** - Desafios para as novas gestões municipais - abordagem preparatória para oficinas técnicas específicas no início de 2017

**14h30** - A regulamentação dos serviços de transporte individual remunerado de passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede

**15h10** - O crescente desequilíbrio entre os custos e as tarifas do sistema de transporte público urbano

**15h50** - O impasse no financiamento dos serviços de limpeza urbana

**16h30** - Estruturação da gestão municipal para promover e manter as Parcerias Público Privadas (PPPs)

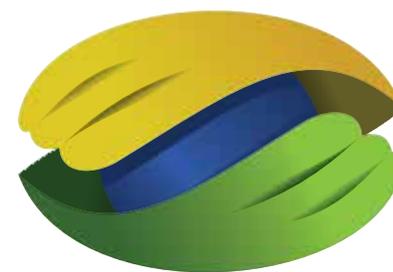
**17h** - Encerramento

### Dia 30/11 - quarta-feira

#### Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS

Integrantes da Comissão Organizadora do IV EMDS estarão reunidos para dar continuidade ao debate e preparação do evento, iniciados em julho deste ano, em Belo Horizonte/MG.

Composta por representantes dos municípios da diretoria da FNP, a Comissão Organizadora do IV EMDS tem entre suas tarefas debater e preparar o evento, subsidiando a Coordenação Política para a tomada de decisões estratégicas, como definições nos assuntos a serem abordados nas pautas das Arenas de Diálogo, TEDs-alike e Salas Temáticas.



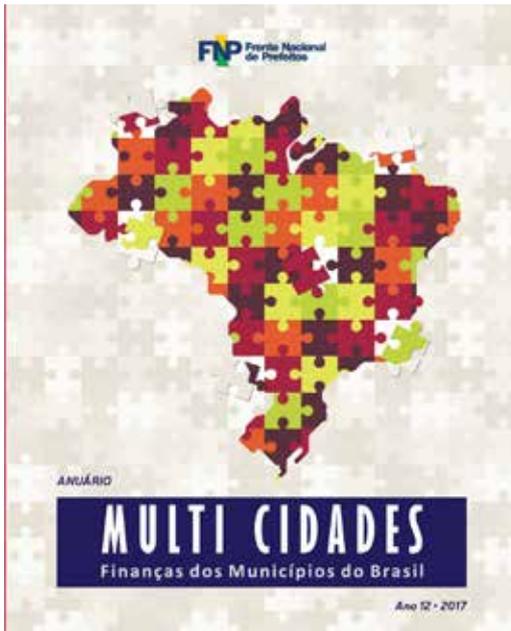
**IV ENCONTRO DOS  
MUNICÍPIOS COM O  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

## Anuário Multi Cidades 2017 será lançado na 70ª Reunião Geral

Durante a 70ª Reunião Geral, em Campinas/SP, a FNP fará o lançamento do anuário Multi Cidades - Finanças dos Municípios do Brasil - Ano 12/2017. A apresentação será no primeiro dia de programação do evento, 28 de novembro, às 10h15.

Já consolidada como um instrumento de transparência das contas municipais, a publicação reúne e organiza informações como receitas, despesas, indicadores financeiros e orçamentários. Nesta edição, os dados revelam, por exemplo, que os municípios direcionaram uma proporção ainda maior de sua receita de impostos para a saúde, embora tenha ocorrido uma redução no volume de recursos efetivamente aplicados em 2015. Apenas como exemplo, o volume de recursos aplicados a mais em saúde equipara-se à arrecadação total de IPTU.

Com relação aos investimentos, o anuário mostra que a forte



de, levou os governos locais a um corte significativo nos investimentos. O volume investido em 2015 pelos municípios correspondeu, em média, a 8,9% da despesa total, a menor fatia desde o início da série analisada pelo Multi Cidades.

A 12ª edição do anuário Multi Cidades tem o patrocínio da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, BH Iluminação Pública S.A., Banco BMG, MRV e Banco Santander.

### Multi Cidades

O anuário é uma publicação da FNP, em parceria com a Aequus Consultoria, com conteúdo voltado a fomentar as discussões sobre

o pacto federativo e divulgar e dar transparência às contas públicas. Após o lançamento, a publicação estará disponível também para download no site da FNP ■

queda das receitas correntes, diante da inflexibilidade das despesas, notadamente das de pessoal e dos recursos vinculados às áreas de educação e saú-

## WRI promove ciclo de reuniões para fomentar transporte não motorizado

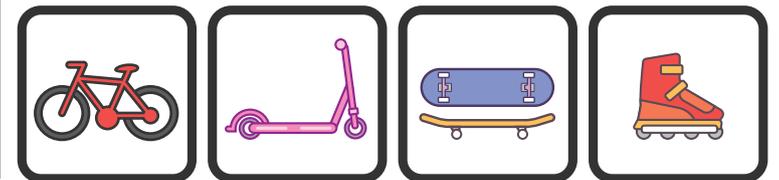
Com o objetivo de discutir desafios e oportunidades de elaboração de uma política de incentivo ao uso de transportes não motorizados, o *World Resources Institute* (WRI) - Cidades Sustentáveis e a *United Nations Environment Programme* (Unep) promoveram reunião com o tema "Análise do Diagnóstico e das Soluções em Políticas de Incentivo ao Transporte Não Motorizado". O encontro, realizado no dia 26 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ, fez parte de um ciclo de reuniões denominado *Task Force*.

Gestores, representantes da sociedade civil, técnicos e organizações relacionadas à sustentabilidade e mobilidade urbana participaram do encontro para sistematizar uma série de recomendações para fomentar o transporte

ativo como modal de transporte urbano.

O ciclo de reuniões subsidiará a organização de cinco recomendações para as cidades e outras cinco recomendações mais genéricas para o governo federal. O conteúdo formulado será apresentado, após validação por prefeitos, no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), em uma sala temática voltada para o tema da mobilidade urbana.

Na edição do Rio de Janeiro, participaram representantes da FNP, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Clima e Sociedade, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) e a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) ■



# O ABC É GRANDE

COM O NOSSO TRABALHO.

Consórcio Intermunicipal Grande ABC. 26 anos construindo desenvolvimento regional. [f /CONSORCIOABC](https://www.facebook.com/consorcioabc)



## ARTIGO

### As pessoas, as cidades e o mundo, juntos pela nova agenda urbana

Vladimir de Faria Azevedo\*

As grandes navegações, as guerras européias a partir do século XV, a intolerância religiosa, o surgimento dos Estados-Nação e dos burgos, contribuíram para a fundação das cidades, pontos fundamentais de concentração de pessoas, de troca e difusão de conhecimento, invenções, novas culturas, economia de escala para produção e serviços. O surgimento e crescimento das cidades catalisaram sinergicamente o desenvolvimento pela força da colaboração humana, impulsionando as ondas migratórias e a urbanização, fazendo do mundo, em cada vez maior escala, com a evolução da tecnologia, dos meios de transporte e comunicação, “um grande quintal”, de aglomerados de pessoas num pequeno espaço.

As cidades hoje ocupam apenas cerca de 2% do total das terras do planeta e, por esta proporção, a população do planeta caberia no estado americano do Texas! Representam 70% do PIB, da emissão de gases e dos resíduos gerados, além de consumir 60% da energia global. E pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana ultrapassa a população rural e se projeta que em 2050 mais de 80% das pessoas estarão vivendo nas cidades!

Neste outubro de 2016, mês em que no Brasil por eleições diretas foram definidos novos gestores locais - apontando uma renovação na ordem de 75% -, em âmbito internacional aconteceu intensa discussão do papel das cidades no desafiador século XXI. Em Bogotá (Colômbia), o comitê de Cidades e Governos Locais Unidos - CGLU promoveu a 5ª Cúpula Mundial de Líderes Locais e Regionais, com o tema “Vozes locais para um mundo melhor”. Na “avenida dos vulcões”, centro geográfico do mundo, primeira cidade patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO, a bela Quito (Equador), tivemos o X Fórum Ibero-americano de Governos locais. E coroando este protagonismo da diplomacia subnacional, também na cidade de Quito, as Nações Unidas promoveram a conferência HABITAT III.

A terceira edição desta agenda principal da ONU (as duas anteriores foram em 1996 e 2006) foi aberta pelo seu Secretário Geral Ban Ki-Moon, para debater o processo de urbanização e o direito à cidade - “Nós decidimos juntos o futuro das cidades”. Contando com a presença dos gestores das principais cidades do mundo, de todos continentes representados, os líderes locais foram conclamados a somar numa força tarefa global visando a ocupação com desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente, alinhando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Eis então o chamado para a Nova Agenda Urbana!

A Frente Nacional de Prefeitos - FNP, entidade municipalista brasileira focada nas cidades médias e metrópoles, onde se concentram mais de 60% de nossa população e representam 75% de nosso PIB, se fez presente e está conectada e comprometida com esta agenda.

Com a edição do IV Encontro de Municípios com o Desenvolvimento Sustentável - EMDS, na última semana de abril do próximo ano, a FNP promoverá no Estádio Mané Garrincha, em Brasília, uma das maiores agendas da América Latina conectando-se à agenda internacional. O objetivo é engajar, alinhar e debater com a nova geração de gestores locais, como reinventar o financiamento e a governança das cidades nesta etapa desafiadora da história ambiental, urbana, política e econômica, em especial, na concentrada e complexa burocracia da Federação Brasileira ■

\*Economista, Prefeito de Divinópolis/ MG 2009-2016, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, membro da coordenação política do IV EMDS, presente na agenda Bogotá-Quito.

## Prefeito de Feira de Santana é o indicado da FNP para Conselho da Sudene



José Ronaldo de Carvalho

O prefeito de Feira de Santana/BA, José Ronaldo de Carvalho, é o representante indicado pela FNP para o Conselho Deliberativo (Condel) da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A aprovação do nome deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU).

O Condel é o órgão máximo

de articulação e decisões estratégicas da Sudene, responsável, além de outras atribuições, pelo estabelecimento de diretrizes e prioridades para o desenvolvimento de sua área de atuação, bem como para operacionalização dos demais instrumentos de ação da Autarquia, especialmente do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Incentivos Fiscais e Financeiros Federais.

O Conselho Deliberativo é in-

tegrado pelo Presidente da República, na condição de presidente de reuniões especiais, por nove ministros de Estado, pelos 11 governadores dos estados da área de atuação da Sudene, por três prefeitos da região indicados por associações municipalistas nacionais, por três representantes da classe empresarial indicados, respectivamente, pelas Confederações Nacionais da Agricultura, Comércio e Indústria, por três representantes da classe dos trabalhadores indicados, respectivamente, pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores na Agricultura, no Comércio e na Indústria, pelo Superintendente da Sudene e pelo Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) ■

## Congresso da AMM promove debates sobre os desafios do próximo mandato

A Associação Mineira de Municípios (AMM) realiza dias 9 e 10 de novembro, em Belo Horizonte/MG, o VI Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos - Perspectivas e Soluções para Nova Gestão. Além de uma oportunidade para compartilhamento de conhecimentos e processos de políticas públicas municipais, o evento promove debates sobre os desafios que os novos governantes locais enfrentarão nos próximos anos de mandato.



“Transparência, controle e Responsabilidade Pública”, “Experiências de uma Gestão Eficiente”, “O Executivo e o Le-

gislativo Estadual com os municípios” e “Entidade Municipalistas” são os temas dos painéis do dia 10. Na palestra magna, a temática abordada será “O Cenário Econômico e o Futuro da Gestão Municipal”. A programação do evento é voltada a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos; equipes de transição; assessores dos novos governantes locais; servidores municipais; governos estaduais e federal; agentes políticos e empresários ■

## Prefeito de Divinópolis divulga IV EMDS em evento sobre previdência

O prefeito de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, participou, no dia 8 de novembro, do 16º Congresso Nacional de Previdência da Aneprem, em Vitória/ES. O evento, promovido pela Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e Municípios (Aneprem),

teve como tema central a Profissionalização e a Ética no Regime Próprio de Previdência Social.

Azevedo, que participou como debatedor da mesa “Reforma da Previdência: Desafios e Consequências”, destacou a importância de incluir prefeitos no debate sobre o tema. “A previdência é um assunto

que deve estar em pauta no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS)”, disse.

Ainda no dia 8 aconteceu a Cerimônia de entrega do 7º Prêmio Boas Práticas de Gestão. O Congresso teve início no dia 7 e seguiu até o dia 9 ■

## Fundações de partidos políticos e estados têm espaço assegurado no IV EMDS



Estados terão espaço no evento

Nos dias 13 e 14 de outubro, representantes de fundações de partidos políticos e de Estados participaram de um encontro na sede da FNP, em Brasília/DF, para conhecerem formas de participação no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (IV EMDS), o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

No primeiro dia de reunião, participaram representantes

da Fundação Milton Campos, PP; do Instituto Teotônio Vilela, PSDB; da Fundação Republicana Brasileira, PRB; da Fundação Instituto Ivete Vargas, PTB; e da Fundação Solidarista, PHS.

Para as fundações, a organização do IV EMDS apresentou a proposta de participação no espaço “Alameda das Fundações de Partidos Políticos” uma novidade da quarta edição do evento, que será composta com estandes das fundações previs-

tos para serem instalados na área externa das salas temáticas, espaços de grande movimentação de participantes. Com a aquisição do espaço, as fundações terão direito a utilizar, por um turno, uma sala ampla para reuniões próprias com a nova geração de prefeitos de seus respectivos partidos.

Já para os 11 representantes de estados brasileiros que participaram do encontro, dia 14, mediado pelo coordenador de projetos da FNP e articulação institucional, Paulo Miotta, foi apresentado o Caminho dos Estados. Nesse espaço, poderão ser realizadas divulgações de políticas estaduais,

além de ser um canal de diálogo com os respectivos municípios. “Com a aquisição de espaço no caminho dos estados, as representações podem realizar reuniões próprias durante o evento, pois adquirem direito ao uso, durante um turno, de uma sala em formato auditório, com estrutura para realização de encontro com até 70 participantes”, explicou Miotta.

Na ocasião, Miotta destacou a importância da participação

dos estados na agenda municipalista. “Os temas municipalistas têm a ver com a agenda dos Estados, são convergentes. O IV EMDS inova nesta edição com um espaço diferenciado para que os estados possam dialogar com seus prefeitos recém-empossados”, afirmou.

Participaram da reunião representantes do Acre, Alagoas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul e Bahia ■



Representantes das Fundações de Partidos Políticos conheceram detalhes do IV EMDS

## APARECIDA FAZ, O BRASIL INTEIRO RECONHECE.

### 1º lugar no Ranking de Gestão Fiscal.



Aparecida de Goiânia continua mostrando porque é uma das cidades que mais cresce e se desenvolve em todo o País. Somos uma das poucas cidades com Gestão de Excelência em todo o Brasil, e o reconhecimento veio através do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF): Aparecida de Goiânia conquistou o 1º lugar no Ranking de Gestão Fiscal entre as Cidades de Grande Porte de Goiás e o 20º no Ranking Nacional. Por meio de grandes investimentos e transparência na utilização dos recursos públicos, a Prefeitura leva cada vez mais qualidade de vida a toda cidade.

Hoje, Aparecida de Goiânia está preparada para um novo salto de desenvolvimento.

[www.aparecida.go.gov.br](http://www.aparecida.go.gov.br)

[/PrefAparecida](https://www.facebook.com/PrefAparecida)



# Prefeitos brasileiros participarão do Smart City Congress

Sete prefeitos de cidades filiadas à FNP já confirmaram participação no Smart City Expo & World Congress. O evento internacional, que promove discussões importantes sobre cidades inteligentes, sustentabilidade e tecnologia, acontece em Barcelona (Espanha), de 15 a 17 de novembro.

Irão participar da programação os prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente da FNP; de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais; do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo

Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; de Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local; de Palmas/TO, Carlos Amastha; e de Manaus/AM, Arthur Virgílio.

Entre as pautas sugeridas pela FNP estão visitas técnicas ao 22@ (distrito comercial); Ecoparc (tratamento de resíduos sólidos) e Barcelona Activa (projeto de fomento e apoio a micro e pequenas empresas). Além de conhecerem

experiências exitosas, o grupo de sete prefeitos participará da programação do Smart City Expo World Congress e de agendas de negócios em construção.



Além dos prefeitos, a delegação brasileira para o Smart City

Expo & World Congress conta com a participação do prefeito eleito para o mandato 2017-2020 de Aparecida de Goiânia, Gustavo Medanha, secretários municipais e representantes de Campinas, Aparecida de Goiânia; Manaus e de Porto Alegre.

Os custos da viagem são financiados pelo convênio da FNP com Smart City Expo & World Congress.

## Smart City

Com a primeira edição realizada em 2011, o congresso internacio-

nal já se tornou um evento global de referência, que apoia o desenvolvimento das cidades e discute principalmente sobre cidades e cidadãos inteligentes, associados com outras temáticas como: governança, economia, mobilidade, sociedade, sustentabilidade e tecnologia.

No evento, especialistas e líderes, incluindo representantes de cidades de todo o mundo, empreendedores sociais, startups, centros de pesquisa e iniciativas de cidadãos apresentam suas estratégias para um mundo urbano mais inteligente e sustentável ■

## Presidente da FNP recebe prêmio do BID durante Habitat III



Bid reconheceu o êxito do programa Mobicentro

Líderes mundiais e representantes de organizações internacionais estiveram reunidos em Quito (Equador), participando da Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Na ocasião, o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP recebeu o prêmio Governante, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à prefeitura da capital mineira, em reconhecimento ao programa Mobicentro. A iniciativa foi desenvolvida pela BHTrans e venceu na categoria “Segurança no Trânsito em Ação”.

Segundo Lacerda, as intervenções viárias realizadas em razão do programa contribuíram para uma redução do número de mortos no trânsito na cidade, que, em um recorte de 100 mil habitantes, passou de 9,1 mortos, em 2011, para 7,11, em 2014. “Esse prêmio nos alegra muitíssimo e reafirma

o nosso compromisso de manter esse tipo de programa pela nossa cidade”, completou.

Os prefeitos de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública da FNP, e de Palmas/TO, Carlos Amastha, também integraram a cúpula de governantes locais em Quito. Os prefeitos também participaram do side event “Local Governments as Promoters of Urban Transparency in Latin-America” e falaram sobre a realização do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

“Essa foi uma agenda muito importante para nós. Ela proporcionou cooperação entre os prefeitos, que é fundamental no enfrentamento dos problemas nas cidades. Na próxima edição, vamos discutir nossa pauta federativa, para propor a desconcentração de recursos do governo federal e promover o desenvolvimento sustentável das

cidades”, explicou o prefeito de Divinópolis, que também é integrante da Coordenação Política do IV EMDS, Vladimir Azevedo.

Azevedo e Amastha também aproveitaram a ocasião para convidar o prefeito de Soria (Espanha), Carlos Martínez Mínguez e representantes da Associação Espanhola de Municípios (FEMP) a participarem do IV EMDS e trazerem uma delegação de governantes locais espanhóis para o evento.

## Pacto Global

A comitiva de prefeitos da FNP também participou do congresso da *Global Covenant of Mayors for Climate and Energy*, o Pacto Mundial de Prefeitos para o Clima e Energia. A iniciativa é fruto da coalizão global de cidades comprometidas com a liderança do clima, com base nos compromissos de mais de 7,1 mil cidades de 119 países e seis continentes, representando mais de 600 milhões de habitantes, mais de 8% da população do mundo.

Marcio Lacerda destacou a importância do pacto. “É um compromisso sério. Eu recomendo que todas as cidades participem desse sistema”, destacou o prefeito da capital mineira, que é uma das 40 cidades brasileiras compromissadas ■

## Rede Mercocidades realiza a XXI Cúpula na Argentina



Entre os dias 23 e 25 de novembro, a cidade de Santa Fé, Argentina, sediará a XXI Cúpula da Rede Mercocidades, com o tema “Construção de sociedades resilientes no âmbito da integração regional”.

Durante os três dias de eventos estão previstos representantes de mais de 60 cidades na América do Sul e as organizações internacionais como as Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial, União Europeia, Mercosul, Rockefeller Foundation, entre outros.

Na programação do evento, palestras, visitas técnicas à unidades temáticas, além de composição de

grupos e comissões de trabalho para trabalhar em aspectos de grande preocupação da Rede e das cidades.

## Mercocidades

Mercocidades é uma rede de governos locais de destaque no Mercosul e referência processos de integração. Foi fundada por iniciativa dos prefeitos da região com o objetivo de incentivar a participação dos governos locais no processo de integração regional, promover a criação de um ambiente institucional para as cidades dentro do Mercosul e desenvolver a intercâmbio e cooperação horizontal entre os governos locais na região. Atualmente, reúne 303 municípios onde vivem mais de 114 milhões de pessoas ■

# Prefeitos detalham IV EMDS em Quito e Bogotá



Em outubro, prefeitos da diretoria da FNP divulgaram o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) em dois eventos internacionais. Os prefeitos de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, e de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, conduziram as apresenta-

ções em Quito (Equador) e Bogotá (Colômbia), respectivamente.

As agendas internacionais tiveram início no dia 12, com o Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, em Bogotá. Na ocasião, Vladimir falou sobre a internacionalização do EMDS, iniciada na terceira edição do evento, com a participação de 17 delegações internacionais, representando os cinco continentes. “Na quarta edição nós queremos aumentar muito essa conexão”, falou.

Para o prefeito de Divinópolis, o V Congresso Mundial da CGLU foi uma oportunidade de “divulgação, sensibilização e articulação com todos os líderes locais do mundo”

para que participem da quarta edição do evento. “O IV EMDS é, ainda, um momento de debate para que os novos prefeitos tenham subsídios para construir um futuro baseado no desenvolvimento sustentável das nossas cidades”, completou.

No dia 19 de outubro, os prefeitos apresentaram o IV EMDS em um *side event* promovido pela FNP, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito. “Queremos mostrar aos municípios a necessidade e praticidade de se ter um planejamento com uma disciplina de buscar e ter como regra os ODS”, disse o prefeito Marcio Lacerda, na ocasião.

Segundo o presidente da FNP,

governança e financiamento são ferramentas básicas para que os gestores municipais absorvam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos planejamentos das cidades.

Além de Lacerda, também participaram do *side event* os prefeitos de e de Nampula (Moçambique), Mahamudo Amurane, representante da Associação Nacional dos Municípios Moçambicanos (ANAMM); o diretor da WRI Brasil Cidades Sustentáveis, Luis Antonio Lindau; e o assessor Sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD), Haroldo Machado.

A promoção do IV EMDS em Quito foi realizado pela FNP, em

parceria com a ANAMM. Apoiaram o evento o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que também é parceiro na construção do IV EMDS; ONU-Habitat Brasil; PNUD Brasil; Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU); ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade; WRI Brasil Cidades Sustentáveis; Mercocidades; Fórum Nacional de Secretário e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari); Agenda Pública; Instituto Pólis e Plataforma Global ■



## Presidente da FNP apresenta o IV EMDS para jornalistas

Paula Aguiar / FNP



Financiamento das cidades será tema central do IV EMDS

Em coletiva de imprensa no dia 7 de novembro, em São Paulo/SP, o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, destacou a importância dos temas que serão debatidos no IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). Crise econômica, adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e repatriação de recursos estavam entre os assuntos da pauta do encontro com os jornalistas.

Segundo Lacerda, os prefeitos vão encontrar em seus municípios uma situação financeira e orçamentária difícil. “Os novos prefeitos precisarão reinventar o financiamento e a governança das cidades.

Os próximos anos serão de ajustes”, disse. Para o prefeito, o grande desafio será compatibilizar a queda de orçamento e de recursos com as demandas naturais da população por mais e melhores serviços. “Os prefeitos terão que se adequar a essa realidade, cortando o máximo de custos que puderem e racionalizando a gestão. Ao mesmo tempo, não é possível pedir mais recursos da União, que já está em déficit”, ressaltou.

O diálogo com o governo federal foi elencado pelo prefeito como um dos eixos de atuação da FNP que pode contribuir na busca por soluções diante do cenário atual de crise econômica. “O que nós da

Frente queremos é que o governo federal esteja aberto a discutir mudanças na legislação e mudanças em processos, em formas de relacionamento com os municípios que diminuam os obstáculos, as dificuldades e a burocracia”, explicou.

### LRF

“Uma reivindicação nossa, neste momento, é ter uma definição mais clara do que são os restos a pagar no fechamento das contas dos prefeitos em final de mandato, que vão afetar também os governadores daqui a dois anos. O Tribunal de Contas da União (TCU) usa uma fórmula, reconhecendo apenas empenhos liquidados, e nós

queremos que para os municípios seja também dessa forma, porque como a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal é pouco clara, cada Tribunal de Contas entende de uma forma”, defendeu Lacerda.

A necessidade de adequações na LRF foi demanda apresentada no dia 26 de outubro pelos prefeitos Marcio Lacerda e Carlos Amashta (Palmas/TO), em audiências com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Saiba mais na página 4.

### Repatriação

Ao grupo de jornalistas que participou da coletiva, Marcio Lacerda também falou sobre a repatriação de recursos não declarados, mantidos no exterior, que foi anunciada pela Receita Federal no dia 1º. Saiba mais na página 3.

“O valor que será destinado aos municípios é mais ou menos um quatorze avos (1/14) do que foi distribuído em 2014, mas ajudaria, por exemplo, a pagar o décimo terceiro, caso o governo faça o repasse ainda este mês de novembro, como está previsto”, comentou o prefeito, revelando, ainda, que um grupo de governadores já entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo que se distribua também uma parcela da multa sobre a repatriação, que é 50% do total, o que corresponde a R\$ 25 bilhões.

### EMDS

Os assuntos que foram destacados pelo prefeito Marcio Lacerda durante a coletiva estarão em pauta no IV EMDS. O evento, promovido pela FNP, será realizado de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF.

A edição, que terá como tema “Reinventar o financiamento e a governança das cidades”, será marcada por atividades voltadas à promoção do diálogo com a próxima geração de prefeitas e prefeitos, com programação totalmente alinhada à vida e aos problemas dos municípios. São esperados mais de 500 prefeitas e prefeitos da nova geração que tomará posse em 2017, além de mais de 10 mil participantes, entre os quais: governadores, deputados, senadores, ministros, autoridades do poder judiciário, secretários municipais e estaduais e acadêmicos.

O maior evento sobre sustentabilidade urbana do país reunirá, ainda, mais de mil palestrantes que estimularão a participação em atividades como Arenas de Diálogos, TED-alike, Salas Temáticas, debates da Praça de Boas Práticas, conversas no Ponto de Encontro e na Expo Cidades, a feira de oportunidades e soluções inovadoras, instalada na entrada do IV EMDS ■

## FNP tem assento titular no Conselho Mundial da CGLU

**D**urante o V Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, a FNP foi nomeada para um assento titular no Bureau Executivo e no Conselho Mundial da CGLU. O anúncio foi feito no dia 14 de outubro, durante assinatura do Acordo Latino-Americano de Unidade na Diversidade, também conhecido como Cordial.

No mesmo dia, Canoas/RS foi o único município brasileiro entre os cinco finalistas do prêmio “Bogotá Peace Prize”, que teve 56 projetos inscritos de todo o mundo. O V Congresso Mundial da CGLU seguiu até o dia 15, com a eleição do novo presidente da organização mundial, o ex-prefeito de Joanesburgo (África), Parks Tau, presidente interino da South African Local Government Association (Salga).

### Acordo Latino-Americano de Unidade na Diversidade - Cordial

Com o acordo assinado, ficou estabelecida uma nova representação latino-americana na CGLU: Mercocidades, Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de



Governos Locais (Flacma) e o Grupo Aberto de Trabalho pela Unidade dos Governos Locais da América Latina (GATP).

De acordo com o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (Fonari), entre os objetivos do grupo está o compromisso de trabalhar juntos na diversidade e buscar soluções para proble-

mas relacionados com o déficit e a baixa qualidade da moradia, da iniquidade, da desigualdade, da precariedade no acesso aos serviços básicos, do desafio da mobilidade urbana, da busca do espaço público e dos riscos das populações frente aos impactos derivados da mudança climática, entre outros importantes desafios.

Essa nova representação, aprovada no dia 14 de outubro, foi proposta no Comitê Estatutário da CGLU, em Barcelona (Espanha), no dia 20 de setembro.

Durante a reunião do Caucus Latino-americano, no dia 13, após muitas negociações foram aprovadas as novas representações latino-americanas para os próximos três anos no Bureau Executivo e Conselho Mundial da CGLU. Nessa nova formação, a FNP foi nomeada para um assento titular nas duas instâncias ■

## COP 22 acontece em Marrakech



MARRAKECH  
COP22|2016|CMP12  
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

**T**eve início no dia 7 de novembro, a 22ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 22), em Marrakech (Marrocos). O evento, que segue até o dia 18 de novembro, contará com a participação do prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, no dia 14, no Fórum “Parcerias para o Financiamento de Territórios Resilientes”.

O prefeito participará do evento de importância internacional a convite da Associação de Regiões de Marrocos (ARM). Entre outros temas, o Fórum irá abordar, essencialmente, a melhor maneira de financiar os investimentos de

forma compatível com a cadeia de financiamento, dentro da diversidade dos recursos disponíveis e os novos meios para mobilizar, por meio de um financiamento do cidadão ao mercado de capitais.

### COP 22

Com o principal objetivo de regulamentar o Acordo de Paris, concluído no fim do ano passado, durante a COP 21, representantes de mais de 190 países definirão, durante o evento, os detalhes do acordo mundial, que tem como desafio frear o aquecimento do planeta. Além do Acordo de Paris, estarão em pauta na COP 22 o uso de energias renováveis ■

PESSOAS  
FÍSICAS  
OU JURÍDICAS?  
O IMPORTANTE  
PRA GENTE  
É QUE SÃO  
PESSOAS.

O QUE  
A GENTE  
PODE  
FAZER  
POR VOCÊ  
HOJE?

Abra sua conta.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535 (regiões metropolitanas); 0800-702-3535 (demais localidades) e 0800-723-5007 (atendimento a pessoas com deficiência auditiva e de fala).  
SAC: 0800-762-7777; Ouvidoria: 0800-726-0322 (ambos atendem também pessoas com deficiência auditiva e de fala).

 Santander